

STJ00099163

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

# O DIREITO NA HISTÓRIA

LIÇÕES INTRODUTÓRIAS

5ª EDIÇÃO

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. - 2014

© 2008 by Editora Atlas S.A.

1ª e 2ª edições pela Editora Max Limonad;  
3. ed. 2008; 4. ed. 2012; 5. ed. 2014

Capa: Nilton Masoni

Composição: CriFer – Serviços em Textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lopes, José Reinaldo de Lima

O direito na história : lições introdutórias / José Reinaldo  
de Lima Lopes. – 5. ed. – São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9080-6

ISBN 978-85-224-9081-3 (PDF)

1. Direito – História I. Título

08-05754

CDD-34(091)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direito : História 34(091)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total  
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos  
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo  
184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# SUMÁRIO

*Nota à 5ª edição, xi*

*Prefácio à 4ª edição, xiii*

*Sobre a 3ª edição, xvii*

- 1 Sobre a História do Direito: seus Métodos e Tarefas, 1
  - 1 A história e a história do direito, 2
  - 2 Questões de método na história do direito, 3
  - 3 As tarefas da história do direito, 8
  - 4 Propósitos, 12
- Referências, 14*
- 2 O Mundo Antigo, Grécia e Roma, 15
  - 1 O direito nos Impérios orientais, 16
  - 2 Grécia – a ruptura de uma *ilustração* no mundo antigo, 18
    - 2.1 As formas de resolução de controvérsias, 23
    - 2.2 A lei positiva – o centro do debate filosófico, 26
  - 3 Roma, 28
    - 3.1 Do período arcaico à idade clássica, 31
    - 3.2 O processo formular e o período clássico, 34
    - 3.3 *Cognitio extra ordinem*, 41
    - 3.4 Os autores do direito romano: pretores e juristas, 42
    - 3.5 Fontes, 46

- 3.6 Juristas e filosofia, 47
- 3.7 O direito privado romano – casa e família, 48
- 3 A Alta Idade Média, 50
  - 1 As invasões, 51
  - 2 A regressão, 53
  - 3 O direito nos reinos bárbaros 54
    - 3.1 O direito costumeiro dos bárbaros, 55
    - 3.2 O direito romano dos bárbaros (*lex romana barbarorum*), 56
  - 4 Os Concílios e a Igreja, 58
  - 5 O direito medieval feudal, 60
  - 6 A propriedade rural, 64
  - 7 O direito inglês e sua origem feudal, 66
- 4 O Direito Canônico e a Formação do Direito Ocidental Moderno, 69
  - 1 Introdução, 69
  - 2 A reforma gregoriana e a querela das investiduras, 70
  - 3 Episódios inglês e português, 78
  - 4 A formação do *Corpus Iuris Canonici*, 80
  - 5 O sentido e a importância política da burocracia nascente, 83
  - 6 As regras de competência e jurisdição, 87
  - 7 A formalização e a racionalização do processo, 89
  - 8 O processo inquisitorial, 93
  - 9 Contribuição da canonística para a teoria da pessoa jurídica, 97
- 5 Metodologia do Ensino Jurídico e sua História:  
Idade média – A escolástica, 99
  - 1 A universidade medieval e a recuperação da cultura clássica, 99
  - 2 A recuperação dos textos de direito, 101
  - 3 A escolástica como método – autoridade e disputa, 103
    - 3.1 Os textos do direito romano, 103
      - 3.1.1 O contexto dos juristas, 105
    - 3.2 As universidades, 107
    - 3.3 Programas, 113
      - 3.3.1 O ensino do direito e os textos do direito romano, 114
    - 3.4 Como se fazia o curso, 114
      - 3.4.1 Dos textos ao sistema, 116
  - 4 O paradigma dominante, 119

- 4.1 O direito natural clássico, 119
- 4.2 Glosadores, pós-glosadores, comentadores e humanistas, 121
- 5 Os gêneros literários, 125
- 6 As Filosofias Medievais e o Direito, 128
  - 1 O contexto histórico de Tomás de Aquino (*Doctor angelicus*), 131
    - 1.1 O ambiente intelectual, 131
    - 1.2 O ambiente político, 134
    - 1.3 Metafísica, antropologia e ética, 135
  - 2 O nominalismo, 155
    - 2.1 O contexto histórico, 155
    - 2.2 Duns Scotus – o doctor subtilis (1266-1308), 158
    - 2.3 Guilherme de Ockham – inceptor venerabilis (1290-1349), 159
- 7 As Ideias Jurídicas do Século XVI ao Século XVIII: o Direito Natural Moderno e o Iluminismo, 166
  - 1 A modernidade, 167
  - 2 O paradigma jusnaturalista, 169
  - 3 A escola de Salamanca, 172
    - 3.1 Francisco de Vitória (1480-1546), 173
    - 3.2 Francisco Suárez (1548-1617), 176
  - 4 O jusnaturalismo da Europa do norte, 177
    - 4.1 Hugo Grócio (1583-1645), 178
    - 4.2 Os ingleses, 181
      - 4.2.1 Thomas Hobbes (1588-1679), 182
      - 4.2.2 John Locke (1632-1704), 183
    - 4.3 A escola prussiana, 188
      - 4.3.1 Samuel Pufendorf (1632-1694), 188
      - 4.3.2 Johannes Althusius (1557-1638), Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), Christian Thomasius (1655-1728) e Christian Wolff (1679-1754), 192
  - 5 Os civilistas e o *usus modernus pandectarum*, 194
  - 6 O jusnaturalismo e a revolução, 196
  - 7 Direito natural e codificação, 199
- 8 Metodologia e Ensino do Direito: a Modernidade, 202
  - 1 O declínio das universidades, 202
  - 2 A nova filosofia, 204
    - 2.1 O paradigma dominante – nasce o direito natural moderno, 207

- 2.2 O gênero literário, 209
- 2.3 O papel dos juristas, 211
- 3 A revolução positivista, 212
  - 3.1 Gênero literário, 215
  - 3.2 O papel do jurista, 216
  - 3.3 O paradigma dominante – legalidade e voluntarismo, 217
- 4 Reforma dos estatutos e do ensino jurídico no século XVIII e a tradição coimbrã no Brasil, 218
- 9 O Regime Colonial e o Antigo Regime, 221
  - 1 Introdução, 221
  - 2 Administração: os cargos e ofícios públicos, 224
  - 3 Fazenda – a administração fiscal, 232
  - 4 Administração e fazenda no Antigo Regime – Inglaterra e França, 241
    - 4.1 Inglaterra: a revolução financeira, 241
    - 4.2 França: a venalidade total, 243
  - 5 Justiça, 245
    - 5.1 Estrutura judicial portuguesa, 248
    - 5.2 A estrutura judicial do Brasil colonial, 252
  - 6 As fontes do direito e as *Ordenações Filipinas*, 258
- 10 As Fontes: Constituição e Codificação no Brasil do Século XIX, 264
  - 1 A Constituição, 268
  - 2 O Código Criminal, 274
  - 3 O Código do Processo Criminal, 277
  - 4 Código Comercial, 281
  - 5 Regulamento nº 737, de 1850 – o Processo Civil, 284
    - 5.1 O direito anterior: as *Ordenações*, 284
    - 5.2 O novo direito, 287
  - 6 As leis civis, 291
- 11 As Instituições e a Cultura Jurídica: Brasil – Século XIX, 298
  - 1 As declarações de direitos e a Constituição, 301
  - 2 O Poder Moderador, 304
  - 3 O Conselho de Estado, 311
  - 4 A religião de Estado, 314
  - 5 O Poder Judiciário, 317
  - 6 A cultura jurídica, 322

6.1	O que se disputa em juízo, 322
6.2	Os juristas, 325
6.3	Cursos jurídicos, 327
7	A escravidão, 334
7.1	O debate jurídico, 338
8	A propriedade da terra, 343
8.1	As sesmarias, 344
8.2	Posse, 347
8.3	Lei de Terras, 348
12	Do Século XIX ao Século XX: Inovações Republicanas, 352
1	Instituições e cultura na Primeira República (1889-1930), 352
2	O ensino jurídico, 358
3	O trabalho, 362
4	A justiça e o sistema legal, 363
5	Reformas legislativas na Primeira República, 368
6	As reformas da era Vargas, 370
7	As constituições, 374
7.1	Constituição de 1934, 375
7.2	Carta de 1937, 376
13	Contrato, Propriedade, Pessoa Jurídica, 378
1	Os contratos, 378
2	A propriedade, 389
2.1	A propriedade como privilégio, 389
2.2	A propriedade como direito natural e universal, 393
3	Pessoa jurídica e sociedades, 399
3.1	O longo caminho das sociedades para se tornarem pessoas, 401
<i>Quadro Cronológico, 409</i>	
<i>Quadro Constitucional Histórico Comparativo, 422</i>	
<i>Bibliografia, 427</i>	
<i>Índice Remissivo, 451</i>	
<i>Índice Onomástico, 459</i>	